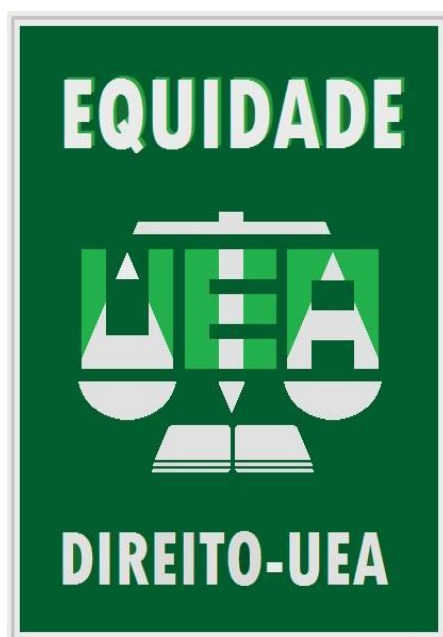


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira
Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Editores Chefe

Profa. Ma. Monique de Souza Arruda
Prof. Me. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Prof. Esp. Clodoaldo Matias da Silva
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medieros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillipe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado

Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior
João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SUA APLICAÇÃO NO AMAZONAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

*NATIONAL ENVIRONMENTAL POLICY AND ITS IMPLEMENTATION IN
AMAZONAS: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR ENVIRONMENTAL
CONSERVATION*

**Breno Nascimento de Sousa¹
Denison Melo de Aguiar²
Neuton Alves de Lima³
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴**

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é o principal marco legal brasileiro voltado à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental. A legislação ambiental na Amazônia assume uma importância decisiva na salvaguarda da biodiversidade, abrangendo normas federais, estaduais e municipais (Wilson, 2016). Ela estabelece princípios, diretrizes e instrumentos que orientam a gestão ambiental em diferentes níveis de governo, articulando órgãos por meio do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981).

¹ Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Graduado em História pela Universidade Paulista – UNIP e Graduando no Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela UEA – e-mail: b.sousadpc@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0063451106734969>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2273-7108>.

² Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália, 2025), doutor em Direito pela UFMG e mestre em Direito Ambiental pela UEA. Advogado e professor de Direito da UEA, da Academia de Polícia Militar do Amazonas e do CIESA. Coordenador de clínicas jurídicas (MARbiC, YINUAKA e CLGBT) e do Núcleo de Produção Científica e Editoração da UEA. Professor permanente do PPG em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA) e editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Humanos na Amazônia (ESMAM). E-mail: denisonaguiarx@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>.

³ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais -CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁴ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

No contexto amazônico, a aplicação da PNMA enfrenta desafios particulares. O Amazonas abriga uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e desempenha papel essencial na regulação climática global. Ao mesmo tempo, a vastidão territorial, a presença de atividades ilegais e práticas insustentáveis configuram barreiras significativas à implementação e fiscalização das leis ambientais (Brando et al., 2012).

Analisar a execução da PNMA no Amazonas é uma forma de compreender como políticas públicas se traduzem em ações concretas dentro de um cenário de tamanha complexidade. A região exige um equilíbrio delicado entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, o que torna necessário examinar tanto os avanços quanto as limitações enfrentadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

A Amazônia também ocupa posição central nos debates internacionais sobre clima e biodiversidade, o que reforça a importância de compreender como as políticas ambientais brasileiras respondem a esse cenário global. Este estudo busca situar a PNMA nesse contexto, observando como a legislação e as ações governamentais interagem diante dos desafios locais. A análise combina revisão documental e estudos de caso, oferecendo uma visão ampla sobre as limitações e potencialidades da política ambiental no estado do Amazonas.

2. JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para o aprofundamento do conhecimento nas áreas de Direito e Ciências Ambientais da Amazônia, especialmente em instituições que buscam compreender a aplicação das políticas ambientais em seus próprios territórios. A análise da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e de instrumentos legais complementares, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), oferece uma base teórica e normativa sólida para discutir como o direito ambiental brasileiro se concretiza em um contexto de elevada diversidade ecológica e social.

A eficácia dessa legislação, no entanto, depende da participação ativa das comunidades locais, que desempenham papel essencial tanto na proteção dos recursos naturais quanto na fiscalização das atividades econômicas (Junior et al., 2023). Além disso, a salvaguarda ambiental, enquanto princípio da administração pública, requer

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

mecanismos legais e administrativos capazes de assegurar a efetividade das políticas e a preservação do meio ambiente (Junior; Nascimento, 2023).

Na dimensão científica, o trabalho aprofunda o debate sobre a efetividade das políticas públicas ambientais em regiões de grande complexidade socioambiental. A Amazônia enfrenta pressões econômicas crescentes — como o avanço do desmatamento e da mineração — que desafiam os limites da legislação vigente. A observação dos instrumentos previstos na PNMA e na Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 225, contribui para o fortalecimento do debate sobre governança ambiental, sustentabilidade e gestão dos recursos naturais.

Sob a perspectiva social, a pesquisa reforça a importância da proteção ambiental para a qualidade de vida das populações amazônicas. A PNMA, ao estabelecer princípios e diretrizes voltados à preservação dos ecossistemas, também assegura o direito das comunidades locais a um meio ambiente equilibrado. A aplicação efetiva dessas normas reflete diretamente no bem-estar das populações tradicionais e ribeirinhas, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e identidade cultural. Assim, o estudo evidencia como o cumprimento da legislação ambiental pode fortalecer a cidadania e promover um modelo de desenvolvimento sustentável que harmonize proteção ambiental e necessidades humanas (Dos Santos Filho, 2021).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender a aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) no estado do Amazonas, analisando seus instrumentos, desafios e resultados na proteção dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento sustentável no Amazonas.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Avaliar a atuação do SISNAMA no Amazonas, identificando avanços e limitações na coordenação entre órgãos federais, estaduais e municipais na gestão ambiental.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

- b) Examinar casos concretos de aplicação da PNMA, como operações de fiscalização de exploração ilegal de recursos naturais, mineração e controle de impactos em projetos de infraestrutura, para compreender a efetividade dos instrumentos legais na prática.
- c) Identificar os principais desafios para a fiscalização e execução das políticas ambientais na região, considerando fatores estruturais, institucionais, logísticos e pressões econômicas que afetam a efetividade da legislação.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

O estudo parte do questionamento sobre como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), em conjunto com o artigo 225 da Constituição Federal e a legislação complementar, consegue proteger efetivamente os recursos naturais no estado do Amazonas frente às pressões econômicas e sociais que a região enfrenta. A hipótese adotada considera que, apesar de o Brasil contar com um arcabouço legal sólido, a efetividade da PNMA no Amazonas encontra limitações significativas, especialmente em função de dificuldades na fiscalização, na integração entre órgãos e na aplicação prática das normas, o que compromete a proteção plena do meio ambiente e o direito das comunidades a um ambiente equilibrado.

5. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, com o objetivo de compreender, a partir de documentos legais e oficiais, como a legislação ambiental brasileira é aplicada no estado do Amazonas. Para isso, foram analisados leis, decretos, portarias e outros instrumentos normativos, permitindo observar a efetividade das políticas públicas ambientais em um contexto socioambiental complexo.

A pesquisa baseou-se em documentação indireta, a partir de fontes secundárias, incluindo textos legais como a Lei nº 6.938/1981, a Lei nº 9.605/1998, a Constituição Federal de 1988, além de decretos e portarias ambientais, que forneceram subsídios para compreender os princípios, diretrizes e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e sua aplicação prática na região amazônica.

A coleta de dados não envolveu observação direta, entrevistas ou questionários, uma vez que o estudo não contemplou contato com seres humanos. A análise concentrou-

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

se na pesquisa documental, com levantamento e interpretação de legislações federais e estaduais, bem como documentos oficiais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), visando contextualizar a aplicação da legislação no estado do Amazonas. Os dados foram interpretados por meio de análise de conteúdo, buscando identificar categorias e padrões na legislação que revelassem o alcance, as limitações e as lacunas da aplicação da PNMA, considerando aspectos como fiscalização, instrumentos de gestão e integração institucional.

Além disso, foram analisados estudos de caso, com base em decretos, portarias e relatórios oficiais, com o objetivo de demonstrar como a política ambiental é executada na prática e como ocorre a interação entre órgãos governamentais e instrumentos legais. A população do estudo consistiu em todos os documentos legais e oficiais relacionados à Política Nacional do Meio Ambiente aplicáveis ao estado do Amazonas, sendo a amostra composta pelos principais instrumentos normativos selecionados de acordo com sua relevância, atualidade e impacto na gestão ambiental regional.

6. RESULTADOS

As causas do desmatamento ilegal na Amazônia são múltiplas, variando desde pressões econômicas até a expansão desordenada de atividades agrícolas (Rossoni et al., 2020). A busca por terras para agricultura, pecuária e exploração madeireira continua sendo o principal vetor de degradação ambiental. A exploração descontrolada dos recursos naturais é impulsionada por demandas crescentes de setores como mineração, agricultura e extração madeireira (Homma et al., 2020).

Estudos recentes apontam a necessidade de aprimorar a coordenação entre agências governamentais e investir em tecnologias de monitoramento para fortalecer o controle ambiental (Oliveira et al., 2021). Nesse contexto, a aplicação prática da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no Amazonas revela avanços pontuais, mas ainda enfrenta desafios significativos. Esses resultados mostram que, embora a legislação ambiental brasileira forneça instrumentos robustos, sua efetividade é comprometida por limitações estruturais e institucionais, especialmente no que se refere à fiscalização, integração entre órgãos e disponibilidade de recursos.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

6.1 Avaliação da atuação do SISNAMA no Amazonas

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsável por articular órgãos federais, estaduais e municipais na gestão ambiental, atua com base na Lei nº 6.938/1981 e em instrumentos legais complementares, como o Decreto nº 99.274/1990, que o regulamenta.

No Amazonas, essa atuação enfrenta barreiras logísticas e institucionais, marcadas pela grande extensão territorial e pela dificuldade de acesso a áreas remotas. Ainda assim, a aplicação dos instrumentos legais tem permitido avanços em operações coordenadas de fiscalização, monitoramento ambiental e licenciamento. Esses resultados demonstram progressos na integração entre órgãos e na execução das políticas ambientais, embora persistam limitações estruturais.

6.2 Casos concretos de aplicação da PNMA

6.2.1 Operações de fiscalização da exploração ilegal de recursos naturais
As operações baseadas na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e em portarias específicas evidenciam o papel ativo de órgãos federais e estaduais na proteção ambiental. A legislação oferece instrumentos para autuação, embargo e recuperação de áreas degradadas, mas também revela a necessidade de fiscalização contínua, investimentos e equipes técnicas qualificadas para garantir a execução efetiva.

6.2.2 Fiscalização de atividades de mineração e garimpo
A PNMA, em conjunto com decretos e portarias de regulamentação, possibilita a identificação e autuação de atividades ilegais de mineração. Os dispositivos legais estabelecem medidas para a remoção de equipamentos irregulares, embargo de áreas e responsabilização administrativa e penal dos infratores. Entretanto, a aplicação prática desses instrumentos depende da disponibilidade de pessoal, da infraestrutura adequada e da coordenação entre diferentes esferas de governo.

6.2.3 Controle de impactos em áreas de infraestrutura
Projetos como a reabertura e manutenção da BR-319 são regidos por normas ambientais que exigem estudos de impacto, licenciamento e monitoramento contínuo. A legislação prevê medidas preventivas, compensatórias e corretivas, demonstrando que a PNMA

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

integra instrumentos capazes de mitigar os impactos de obras e atividades econômicas em áreas ambientalmente sensíveis da Amazônia.

6.3 Desafios para a fiscalização e execução

Os principais desafios identificados incluem:

- **Integração institucional:** apesar das normas previstas na PNMA e em decretos correlatos, a articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais ainda apresenta fragilidades que comprometem a continuidade das ações.
- **Infraestrutura e recursos humanos:** a efetividade da fiscalização depende de pessoal qualificado, equipamentos e logística adequados, que nem sempre estão disponíveis para atender regiões de difícil acesso.
- **Pressões econômicas:** interesses ligados à exploração de recursos naturais exigem que a aplicação da legislação seja acompanhada de estratégias de controle e incentivo a alternativas sustentáveis previstas em regulamentações ambientais.

Esses resultados reforçam que, embora a legislação ambiental forneça instrumentos robustos, a aplicação prática da PNMA no Amazonas continua condicionada a fatores estruturais, institucionais e logísticos que impactam sua efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) no Amazonas, considerando tanto os instrumentos legais previstos na legislação quanto normas complementares, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e decretos regulatórios do SISNAMA. Os resultados indicam que a legislação oferece mecanismos claros para proteção ambiental, licenciamento, fiscalização e responsabilização de atividades irregulares, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais da região.

Apesar disso, a análise revelou limitações práticas, especialmente relacionadas à integração entre órgãos federais, estaduais e municipais, à disponibilidade de pessoal e infraestrutura e à necessidade de estratégias legais que considerem as pressões econômicas sobre a Amazônia. Fica evidente que a legislação, por si só, não garante a

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

plena efetividade da PNMA, embora forneça bases sólidas para ações coordenadas de proteção ambiental.

A pesquisa confirma, em parte, a hipótese inicial: a PNMA possui instrumentos robustos, mas sua aplicação depende de fatores estruturais, institucionais e logísticos. Há necessidade de fortalecer a articulação entre órgãos públicos e garantir recursos adequados para fiscalização, monitoramento e execução das normas.

Como perspectivas futuras, destaca-se a importância de atualizar e integrar instrumentos legais, como portarias e decretos complementares, para aprimorar a fiscalização, prevenir danos ambientais e proteger as comunidades amazônicas. A sistematização das operações e a ampliação do uso de tecnologias de monitoramento podem aumentar a efetividade da legislação, garantindo que os objetivos da PNMA sejam alcançados de forma mais consistente e sustentável.

A Amazônia representa um desafio singular para as políticas públicas ambientais, dada sua dimensão e complexidade. A região abrange cerca de 5 milhões de km², correspondendo a 56% do território brasileiro, com vastas fronteiras e reservas minerais diversas, muitas em terras indígenas (Pieranti, 2013).

Segundo Carvalho (2001), a partir do governo Sarney, com o fortalecimento de movimentos ambientais e pressão internacional, o Estado brasileiro iniciou um processo de institucionalização da gestão ambiental, criando o Ibama, o Conama e o programa Nossa Natureza. Essas iniciativas marcaram o início de uma política mais integrada de defesa ambiental, embora ainda distante da plena efetividade no território amazônico.

REFERÊNCIAS

BRANDO, P. M. et al. **Fire-induced tree mortality in a neotropical forest: the roles of bark traits, tree size, wood density and fire behavior.** *Global Change Biology*, v. 18, n. 2, p. 630-641, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2486.2011.02560.x>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

BRASIL. **Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Regulamenta o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1999/D99274.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

CARVALHO, G. **Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia.** In: **BARROS, A. C. (Org.). Cadernos Temáticos: sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia.** Rio de Janeiro: Fase/Ipam, 2001. (Projeto Brasil Sustentável e Democrático).

DOS SANTOS FILHO, A. L. **Desenvolvimento sustentável: harmonia tripartida na Amazônia legal.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 16, n. 4, p. 121-133, 2021.

HOMMA, A. K. O. et al. **O desenvolvimento mais sustentável da região amazônica: entre (muitas) controvérsias e o caminho possível.** *Colóquio Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 4, p. 1-27, 2020.

JUNIOR, E. I. F.; NASCIMENTO, M. H. R. **A proteção ambiental como princípio norteador da gestão pública no Amazonas: uma análise sob a perspectiva do direito administrativo.** *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 8, p. 14292-14308, 2023.

OLIVEIRA, E. K. B.; DE FARIA, B. L.; JÚNIOR, L. S. M. **Áreas protegidas e desmatamento na Amazônia: análise da terra indígena Ituna-Itatá no Pará, Brasil.** *Recital-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG*, v. 3, n. 3, p. 142-163, 2021.

PIERANTI, O. P.; SILVA, L. H. R. da. **A questão amazônica e a política de defesa nacional.** *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 633-652, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YXr8rjtP5sHnDkSs49LCCGC/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

ROSSONI, R. A.; DE MORAES, M. L. **Agropecuária e desmatamento na Amazônia Legal Brasileira: uma análise espacial entre 2007 e 2017.** *Geografia em Questão*, v. 13, n. 3, 2020.

WILSON, E. O. *Half-earth: our planet's fight for life.* New York: WW Norton & Company, 2016.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional do Meio Ambiente; Amazônia; Legislação ambiental; Gestão ambiental; Sustentabilidade

KEY WORDS: National Environmental Policy; Amazon; Environmental legislation; Environmental management; Sustainability.